



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGEPE – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
CPTA – COORDENAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

## CONCURSO PÚBLICO

# CARGO: CONTADOR

# E5

### Instruções ao candidato

- Ao receber o **Caderno de Questões**, confira o cargo, se é aquele para o qual você está concorrendo, e verifique se estão impressas as sessenta questões.
- Além deste **Caderno de Questões**, você receberá o **Cartão de Respostas**. Caso não o tenha recebido, peça-o ao **Fiscal de Sala**.
- Verifique se seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Em caso afirmativo, assine-o e leia atentamente as instruções de preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente o erro ao Fiscal. O **Cartão de Respostas** sem assinatura poderá ser invalidado.
- Cada questão apresenta cinco opções de respostas, com apenas uma correta. No **Cartão de Respostas**, atribuir-se-á pontuação zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
- Não é permitido ao candidato: usar instrumentos auxiliares para cálculo e desenho; portar material que sirva de consulta; copiar as opções assinaladas no **Cartão de Respostas**.
- O tempo disponível para responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas** é de quatro horas.
- Reserve pelo menos os vinte minutos finais para o preenchimento do **Cartão de Respostas**, que deve ser feito com caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
- Quando terminar de responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas**, entregue todo esse material ao Fiscal de Sala.
- Retirando-se do local da prova após ter decorrido três horas do início, você poderá levar o **Caderno de Questões**.



Após o aviso de início da prova, os candidatos só poderão se retirar do local decorrido o tempo mínimo de noventa minutos.



## Parte I: Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

### CAMINHO SEM RECULO

1 Há considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país. Elas se apoiam em raciocínios de um arco que se abre da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas. Contra ideias argumenta-se com contraditos, terreno da paixão. Já os fatos lidam com resultados objetivos. É este, sem dúvida, o caminho mais indicado para a discussão sobre a necessidade ou não de o Estado controlar a circulação de armamento e de limitar o seu uso a agentes legalmente ligados à segurança da sociedade (bem como, em casos restritos, a profissionais que, por força de suas atribuições, têm assegurado o direito à autodefesa). Porque é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas e as campanhas que pregam a pacificação social.

2 A primeira Campanha de Desarmamento, instituída a partir da adoção do Estatuto do Desarmamento (2003), tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005. Foi incontestável o impacto sobre os índices de criminalidade dessa primeira investida contra o armamentismo indiscriminado. Segundo o Ministério da Saúde, entre 2003 e 2006 houve uma queda de 17% no número de mortes por armas de fogo em todo o país. Somente em 2004 estimou-se que mais de 3 mil vidas tenham sido poupadas. É um dado que precisa ser avaliado não só pelo ângulo do combate à violência, mas também da saúde pública (o SUS deixou de gastar no período R\$ 93 milhões em internações de potenciais vítimas de ferimentos à bala) e pelo viés social (a quantidade de famílias que deixaram de chorar a perda de parentes). A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas que se seguiram.

3 Mas, apesar das ações diretas de desarmamento e da vigência do Estatuto, em números absolutos o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país. O Brasil, com 34,3 mil homicídios por ano, indicador aterrorizante até para nações em guerra, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo, diz o Ministério da Justiça. Isso porque não basta tentar demover os cidadãos a entregar suas armas, por mais crucial que seja essa questão no combate à violência armada, e adotar uma legislação, por mais avançada que seja (caso do Estatuto), sem fazê-la vigorar na prática via operações de fiscalização, campanhas desarmamentistas e outras iniciativas. Há, ainda, providências inadiáveis que precisam se juntar aos passos já dados - como aumentar o rigor do controle de fronteiras, por onde passa boa parte do arsenal que abastece quadrilhas do crime organizado, depuração de organismos policiais comprovadamente contaminados pela promiscuidade com o crime, maior rigor da Justiça com a aplicação das restrições e das punições previstas no Estatuto, etc.

4 No plebiscito de 2005, rejeitada a proibição da venda de armas de fogo (decisão soberana da maioria dos cidadãos), perdeu-se uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento. Uma

das faturas desse equívoco ficou registrada, por exemplo, num documento da CPI do Tráfico de Armas da Câmara dos Deputados: no Estado do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas. Não há razão para duvidar que esta seja a realidade em todo o país. Há, portanto, desafios inescapáveis no front da guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência, dela decorrente ou não. Trata-se de contencioso social que pressupõe não só ações tópicas, mas providências estratégicas reunidas numa permanente política de Estado.

(Editorial. O Globo. 03/11/11, p. 6.)

**01** A leitura do parágrafo 1 permite depreender que, na visão do editorialista, a questão do desarmamento civil no país:

- (A) só será resolvida se o Estado passar a controlar a circulação de armamento e limitar o seu uso a agentes legalmente ligados à segurança da sociedade;
- (B) depende da atuação de profissionais que, por força de suas atribuições, garantem o direito de autodefesa e segurança dos cidadãos;
- (C) vem sofrendo profundo desgaste à medida que passa por considerações de toda ordem contrárias ao efetivo controle das armas em mãos da população;
- (D) tem de ser analisada com dados objetivos, ou argumentos de provas concretas, não com contraditos movidos pela paixão;
- (E) precisa se apoiar em raciocínios amplos que vão da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas.

**02** No parágrafo 2, o editorialista enumera os ganhos resultantes das campanhas de desarmamento, entre os quais NÃO se pode incluir o seguinte:

- (A) teve enorme impacto sobre os índices de criminalidade, reduzindo drasticamente a ação da Polícia no sentido de coibir os homicídios por armas de fogo;
- (B) segundo estimativas do Ministério da Saúde, somente em 2004 foram poupadas mais de 3 mil vidas no país;
- (C) pelo viés social, foi considerável o número de famílias que deixaram de chorar a perda de parentes;
- (D) tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005;
- (E) de 2003 a 2006, o SUS deixou de gastar R\$ 93 milhões em internações de potenciais vítimas de ferimentos à bala.

**03** No parágrafo 3, o editorialista desenvolveu uma linha de raciocínio que, em relação ao parágrafo 2, se apresenta principalmente como:

- (A) um conjunto de ideias que exprimem um efeito negativo das campanhas de desarmamento, ficando claro que só entregar armas não diminui os índices de violência;
- (B) um contraponto de ideias, em face da constatação de que, apesar das campanhas e do Estatuto do Desarmamento, o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país;
- (C) um resumo de ideias para explicar por que o Brasil, segundo o Ministério da Justiça, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo;
- (D) um contra-argumento à iniciativa de desarmar a população civil, demonstrando que o país tem problemas sérios de gestão na área de segurança, estando ainda despreparado para o desarmamento;
- (E) um reforço a favor da ideia das campanhas e do Estatuto do Desarmamento, desde que sejam tomadas providências, como aumentar o rigor do controle de fronteiras, depurar organismos policiais e ter uma Justiça que aja com maior rigor.

**04** No parágrafo 4, ao abordar o plebiscito ocorrido em 2005, no qual foi rejeitada a proibição da venda de armas de fogo, o editorialista deixa clara a seguinte posição a respeito desse resultado:

- (A) ceticismo em relação ao resultado, pois é uma realidade em todo o país que grande parte do armamento usado pelo narcotráfico provém do comércio legalmente estabelecido;
- (B) acatamento, por ter sido uma decisão tomada pela maioria da população, cabendo às autoridades o desafio de travar a guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência;
- (C) inconformidade em relação ao resultado, pois, como ficou provado num documento da CPI da Assembleia Legislativa do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas;
- (D) certeza de que foi uma sábia decisão, uma vez que se trata de contencioso social que pressupõe ações tópicas e providências estratégicas de uma permanente política de Estado;
- (E) respeito à decisão soberana da maioria dos cidadãos, mas defesa do ponto de vista de que se perdeu uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento.

**05** A conjunção em caixa alta no período “Há, PORTANTO, desafios inescapáveis no front da guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência, dela decorrente ou não” (parágrafo 4) pode ser substituída, sem alteração de sentido, por todas as formas relacionadas abaixo, EXCETO por:

- (A) conquanto;
- (B) por conseguinte;
- (C) pois;
- (D) à vista disso;
- (E) dessa maneira.

**06** Os dois fragmentos destacados no trecho “não basta tentar demover os cidadãos a entregar suas armas, POR MAIS CRUCIAL QUE SEJA essa questão no combate à violência armada, e adotar uma legislação, POR MAIS AVANÇADA QUE SEJA” (parágrafo 3) exprimem o sentido de:

- (A) causa;
- (B) finalidade;
- (C) concessão;
- (D) consequência;
- (E) comparação.

**07** Das alterações feitas abaixo na redação do período “Há considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país” (parágrafo 1), aquela que está INCORRETA, quanto à concordância, de acordo com a norma culta da língua, é:

- (A) Poderão existir considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (B) Devem ocorrer considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (C) Existem considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (D) Hão de haver considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (E) Tem de haver considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.

**08** Lendo-se com atenção o período “Porque É em números e estatísticas, dados bem objetivos, QUE se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas e as campanhas que pregam a pacificação social” (parágrafo 1) e analisando-se o valor discursivo dos termos em caixa alta, pode-se afirmar que, das frases abaixo, aquela em que NÃO se registra o mesmo valor discursivo é:

- (A) Sem o respeito às normas do Estatuto do Desarmamento, a população é que sofre.
- (B) É numa atuação mais consistente das autoridades que repousa a esperança da população.
- (C) É pela consciência ativa da população que se vai encontrar a solução para o problema.
- (D) Do comércio legal é que sai a maior parte do armamento usado pelos criminosos.
- (E) A esperança é que haja um controle rigoroso das armas nas mãos da população civil.

**09** Na estruturação do período “Mas, apesar das ações diretas de desarmamento e da vigência do Estatuto, em números absolutos o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país” (parágrafo 3), o editorialista desenvolveu seu pensamento com base em três relações de sentido, as quais, na ordem em que ocorrem no texto, são:

- (A) concessão / meio / finalidade;
- (B) causa / consequência / modo;
- (C) concessão / consequência / causa;
- (D) consequência / concessão / modo;
- (E) meio / finalidade / causa.

**10** Nos itens abaixo, foram extraídas orações do texto e, ao lado de cada uma, foi feita a conversão de voz verbal. Houve INCORREÇÃO na conversão da voz verbal em:

- (A) “o Estado controlar a circulação de armamento” (parágrafo 1) / a circulação de armamento ser controlada pelo Estado.
- (B) “Somente em 2004 estimou-se que mais de 3 mil vidas tenham sido poupadas” (parágrafo 2) / Somente em 2004 estimou-se que tenham poupado mais de 3 mil vidas.
- (C) “É um dado que precisa ser avaliado” (parágrafo 2) / É um dado que precisam avaliar.
- (D) “o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país” (parágrafo 3) / o país ainda se assusta com o perfil da violência decorrente da criminalidade armada.
- (E) “perdeu-se uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento” (parágrafo 4) / perderam uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento.

**11** Das alterações feitas abaixo na redação do trecho “um arco que se abre da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas” (parágrafo 1), aquela em que está INCORRETO o emprego do acento indicativo da crase é:

- (A) um arco que se abre da ideologia àquilo que é do interesse da indústria de fabricação de armas.
- (B) um arco que se abre da ideologia à toda e qualquer defesa da indústria de fabricação de armas.
- (C) um arco que se abre da ideologia àqueles que defendem os interesses da indústria de fabricação de armas.
- (D) um arco que se abre da ideologia à própria identidade de defesa da indústria de fabricação de armas.
- (E) um arco que se abre da ideologia à imprensa, desde que haja defesa da indústria de fabricação de armas.

**12** Das alterações feitas abaixo na redação da oração adjetiva do período “A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas que se seguiram” (parágrafo 2), aquela em que está INCORRETO o emprego do pronome relativo, na perspectiva da regência, é:

- (A) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas nas quais milhares de pessoas se engajaram.
- (B) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas em cujo lema foi denominado “Ação de Desarmamento”.
- (C) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas durante as quais houve muitos incidentes.
- (D) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas às quais a imprensa se referiu.
- (E) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas em consequência das quais houve substancial redução no número de armas.

**13** Observe as vírgulas empregadas no trecho “com 34,3 mil homicídios por ano, indicador aterrador até para nações em guerra, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo” (parágrafo 3). Pode-se afirmar que, entre os trechos abaixo, aquele em que o emprego de vírgula obedeceu à mesma regra de pontuação das vírgulas empregadas no trecho acima é:

- (A) “Porque é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações” (parágrafo 1);
- (B) “tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005” (parágrafo 2);
- (C) “Segundo o Ministério da Saúde, entre 2003 e 2006 houve uma queda de 17% no número de mortes por armas de fogo em todo o país” (parágrafo 2);
- (D) “sem fazê-la vigorar na prática via operações de fiscalização, campanhas desarmamentistas e outras iniciativas” (parágrafo 3);
- (E) “no Estado do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas” (parágrafo 4).

**14** Os termos destacados no trecho “É um dado que precisa ser avaliado NÃO SÓ pelo ângulo do combate à violência, MAS TAMBÉM da saúde pública” (parágrafo 2) são responsáveis, entre os constituintes do período, por uma correlação de sentido:

- (A) adversativo;
- (B) explicativo;
- (C) aditivo;
- (D) alternativo;
- (E) conclusivo.

**15** O nome em caixa alta no trecho “decisão soberana da maioria dos CIDADÃOS” (parágrafo 4) está corretamente flexionado para o plural. Dos pares abaixo, com nomes flexionados para o plural, o par em que um dos nomes está INCORRETAMENTE flexionado é:

- (A) vulcões / guardiões;
- (B) cristãos / anciãos;
- (C) ermitães / capitães;
- (D) catalães / sacristãos;
- (E) tabeliães / escrivãos.

**16** No trecho “PORQUE é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas” (parágrafo 1), o termo em caixa alta está corretamente grafado. Sabendo-se que o referido termo pode ser grafado de quatro formas distintas, pode-se afirmar que está INCORRETA a frase:

- (A) Por que havia tantas armas nas mãos dos cidadãos?
- (B) Quero saber por que há tantas armas nas mãos dos cidadãos.
- (C) Não se sabia o porquê de haver tantas armas em poder dos cidadãos.
- (D) Havia muitas armas em poder dos cidadãos por quê?
- (E) Desconhecia-se a razão porque ainda havia muitas armas em poder dos cidadãos.

**17** O nome em caixa alta no trecho “em internações de potenciais VÍTIMAS de ferimentos à bala” (parágrafo 2), do ponto de vista do gênero, é feminino, mas pode ser usado para indivíduos de ambos os sexos (são chamados sobrecomuns). Nas frases abaixo também foram usados nomes sobrecomuns, entre os quais está com emprego INCORRETO o seguinte:

- (A) Quem anda armado pode tornar-se um algoz para seus semelhantes.
- (B) O marido descobriu que sua cômjuge portava uma arma.
- (C) É preciso fazer a defesa de nossos entes queridos.
- (D) Havia uma testemunha que ainda iria depor.
- (E) Um marginal armado pode tornar-se um verdadeiro verdugo.

**18** A forma verbal em caixa alta no trecho “contra os armamentos que CEVAM a criminalidade e a violência” (parágrafo 4) – que significa “alimentam”, “nutrem” – é homônima da forma SEVAM, do verbo “sevar”, usada no sentido de “raspam” (sevar a mandioca para fazer farinha). Considerando-se a necessidade de se ajustar ao contexto o emprego de termos homônimos, pode-se afirmar que, das frases abaixo, aquela em que a lacuna é preenchida pelo segundo termo indicado entre parênteses é:

- (A) Para se \_\_\_\_ (ascender / acender) socialmente, é preciso boa educação.
- (B) A Justiça determinou que o sentenciado \_\_\_\_ (expiasse / espiasse) seus crimes em regime fechado.
- (C) A criminalidade costuma ser maior nos \_\_\_\_ (extratos / estratos) menos favorecidos da sociedade.
- (D) Os que portam armas podem ser \_\_\_\_ (tachados / taxados) de perigosos.
- (E) Com a greve, somente a \_\_\_\_ (seção / sessão) de telegramas estava atendendo.

**19** Tomando-se os vocábulos “discussão” (parágrafo 1) e “adoção” (parágrafo 2), constata-se que em ambos, na última sílaba, o mesmo som é grafado de formas distintas – com SS e com Ç –, fato que constitui um problema ortográfico em português. Nos pares abaixo, aquele em que uma das palavras foi grafada INCORRETAMENTE, por ter-se confundido as duas formas acima descritas, é:

- (A) digreção / progressão;
- (B) infração / admissão;
- (C) ereção / concessão;
- (D) exceção / submissão;
- (E) execução / repressão.

**20** O verbo em caixa alta no trecho “Trata-se de contencioso social que PRESSUPÔE não só ações tópicas” (parágrafo 4) é derivado do verbo PÔR, cuja flexão é irregular. Das frases abaixo, com derivados do verbo PÔR, está INCORRETA quanto à flexão verbal a seguinte:

- (A) Os estados não dispõem de fiscais suficientes para exigir o cumprimento das leis.
- (B) Os policiais compuseram um grupo de elite que inibiu o uso de armas.

- (C) Naquele tempo, as pessoas contrapunham-se à ordem constituída.
- (D) As pessoas anteporam seus interesses aos da coletividade.
- (E) Esperava-se que o plebiscito repusesse os ganhos do Estatuto do Desarmamento.

## Parte II: Conhecimentos Específicos

**21** A contabilidade conceitua o agregado de valores que abrange o investimento inicial feito pelos proprietários e que corresponde ao patrimônio líquido inicial. Da mesma forma, há uma definição para o agregado que corresponde ao capital inicial e suas variações. Estes dois agregados recebem, respectivamente, as seguintes denominações:

- (A) Capital Integralizado e Capital a Integralizar;
- (B) Capital Nominal e Capital Próprio;
- (C) Capital de Abertura e Capital Subsequente;
- (D) Capital Próprio e Capital Integralizado;
- (E) Capital de Abertura e Capital Investido.

**22** O local onde são registradas todas as operações contabilizáveis de uma entidade, em ordem cronológica e com a observância de certas regras, bem como a designação desse registro, são, respectivamente, denominados(as):

- (A) Razão e Partidas dobradas;
- (B) Livro Caixa e Partida Dobrada;
- (C) Livro Caixa e Partidas de Diário;
- (D) Livro Diário e Partida de Diário;
- (E) Razonete T e Partidas Dobradas.

**23** O cálculo do Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) pode ser obtido por meio de um levantamento físico para a avaliação do estoque de mercadorias naquela data, e pela diferença entre o total das mercadorias disponíveis para venda durante esse período e esse estoque final (apurado extracontabilmente). Ele também pode ser obtido por meio do controle contínuo do Estoque de Mercadorias, dando-lhe baixa, em cada venda, pelo Custo das Mercadorias Vendidas. Estes dois sistemas são, respectivamente, denominados:

- (A) Inventário periódico e Inventário Permanente;
- (B) Preço Específico e Sistema Contínuo;
- (C) Inventário Geral e Inventário Continuado;
- (D) Média Ponderada Móvel e Sistema Continuado;
- (E) Inventário Geral e Inventário Permanente.

**24** As mudanças da legislação contábil introduzidas pela Lei 11.941/09 extinguiram um subgrupo de contas que representavam as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuiriam para o aumento do resultado de mais de um exercício social. A opção que designa este subgrupo de contas e o destino de seus saldos é:

- (A) provisão de perdas, cujos saldos devem ser transferidos para resultado;
- (B) ativo compensado, cujos saldos devem ser baixados para resultado;
- (C) ativo diferido, cujos saldos serão baixados como despesas, até sua extinção;
- (D) despesas pagas antecipadamente, cujos saldos devem ser lançados como receitas no resultado;
- (E) receitas de exercícios futuros, cujos saldos devem ser descontados e tomados a valor presente.

**25** A perda de valor do capital aplicado em ativos de duração limitada, tais como os Direitos Autorais e as Patentes, denomina-se:

- (A) Exaustão;
- (B) Eviscção;
- (C) Redução;
- (D) Deterioração;
- (E) Amortização.

**26** Com o advento da Lei 11.638/07, foram alteradas as demonstrações financeiras obrigatórias para as empresas. A alternativa que contém apenas demonstrações obrigatórias por lei é:

- (A) DFC – DVA – DLPAC;
- (B) BP – DVA – DOAR;
- (C) DLPAC – DMPL – DFC;
- (D) BP – DOAR – DMPL;
- (E) DFC – DMPL – DVA.

**27** Na Contabilidade, existe o fato de que, uma vez adotado determinado processo, entre os vários possíveis que podem atender a um mesmo princípio geral, ele não deverá ser mudado com demasiada frequência, pois assim estaria sendo prejudicada a comparabilidade dos relatórios contábeis. Além disso, por motivos de precaução, sempre que o contador se defrontar com alternativas igualmente válidas para atribuir valores diferentes a um elemento do ativo, deverá optar pela alternativa que atribuir o menor valor. Estas declarações constituem, respectivamente:

- (A) o Princípio da Realização e o Princípio da Prudência;
- (B) a Convenção da Continuidade e a Convenção da Consistência;
- (C) o Princípio da Entidade e o Princípio da Prudência;
- (D) a Convenção da Consistência e a Convenção do Conservadorismo;
- (E) o Princípio da Constância e a Convenção da Prudência.

**28** Na elaboração do Demonstrativo do fluxo de caixa pelo método indireto, uma variação nas duplicatas a receber, nos empréstimos obtidos e a aquisição de imobilizado, são consideradas, respectivamente, atividades:

- (A) de investimento, de pagamento e de financiamento;
- (B) de financiamento, de pagamento e operacionais;
- (C) operacionais, de financiamento e de investimento;
- (D) de desconto, de financiamento e operacionais;
- (E) de compensação, de investimento e de financiamento.

**29** Existem perdas estimadas para duplicatas de clientes que adquirem mercadorias a prazo. A denominação dessas perdas e o período em que elas devem ser consideradas são, respectivamente:

- (A) provisões de perdas – nos três próximos anos após a constituição da receita a prazo;
- (B) provisões de perdas – no ano seguinte ao que a receita a prazo foi gerada;
- (C) devedores duvidosos – no ano seguinte ao que a receita a prazo foi gerada;
- (D) provisões de perdas – no ano em que a receita a prazo foi gerada;
- (E) devedores duvidosos – no ano em que a receita a prazo foi gerada.

**30** Na Contabilidade de Custos, existe uma variável que mantém relação de causalidade com os custos totais, em razão de variações no volume ou nível de atividade. Por sua vez, também existe uma banda do nível ou volume normal de atividade em que há um relacionamento específico entre o nível de atividade ou volume e o custo em questão. Estes conceitos são, respectivamente, denominados:

- (A) apropriador de custo e faixa relevante;
- (B) direcionador de custo e faixa relevante;
- (C) acumulador de custo e janela de planejamento;
- (D) proxy de custo e faixa de planejamento;
- (E) apropriador de custo e janela relevante.

**31** Na contabilidade gerencial, existe um modelo que permite examinar o comportamento das receitas totais, dos custos totais e o lucro das operações, em face de mudanças nos preços de venda, nos níveis de produção, nos custos unitários e no custo fixo. Um dos principais elementos de análise desse modelo é a diferença entre o preço de venda e o custo variável unitário. Estes dois conceitos, respectivamente, são denominados:

- (A) análise de custo-volume-lucro e margem de contribuição;
- (B) custeio baseado em atividades e margem de contribuição;
- (C) análise de margem e faixa de contribuição;
- (D) custeio por absorção e nível de contribuição;
- (E) análise de sensibilidade e margem de contribuição.

**32** Na contabilidade de custos, existem agregados de itens de custos individuais que variam desde os mais amplos, como todos os custos de fabricação, até os mais específicos, tais como os custos de operação de máquinas. Além disso, há um fator que relaciona, de maneira sistemática, um custo indireto ou um grupo de custos indiretos ao objeto de custo. Estas duas entidades da contabilidade de custos, respectivamente, denominam-se:

- (A) grupamento de custos e vetor de orientação de custos;
- (B) coletor e faixa de direcionamento de custos;
- (C) agrupador e roteador de custos;
- (D) grupo de custos e base de alocação de custos;
- (E) grupo de custos e centro de responsabilidade.

**33** A compensação de cheques, a entrega de itens-padrão pelo correio e a produção de bebidas são exemplos de situações em que o objeto de custo do sistema de custeio é a massa de unidade de um produto ou serviço idêntico ou similar. Este sistema de custeio denomina-se:

- (A) por eventos;
- (B) itenizado;
- (C) por ordem de serviços;
- (D) por série;
- (E) por processo.

**34** Eventualmente, na Contabilidade de Custos, existem situações em que a quantia alocada dos custos indiretos em um período contábil é menor do que a quantia real (incorrida). Trata-se de um caso de:

- (A) custeio direto reduzido;
- (B) custeio por absorção mal alocado;
- (C) custo indireto absorvido a menos;
- (D) custo de produção descasado;
- (E) custo de margem não alocado.

**35** A abordagem para estimativa de custos com base na análise e opiniões sobre custos e que possui os seus critérios colhidos a partir de vários departamentos de uma empresa, tais como compras, engenharia etc., é denominada:

- (A) Paramétrica;
- (B) Método de Conferência;
- (C) Método Holístico;
- (D) Alocação Comparada;
- (E) Sistema Delphy.

**36** Na Contabilidade de Custos, existe uma terminologia que diz respeito ao custo total adicional que a empresa deve incorrer, quando opta por uma determinada alternativa (como, por exemplo, comprar pronto ou fazer na fábrica). Não obstante, quando estão disponíveis múltiplas alternativas de decisão, cada qual com o seu custo total adicional, é preciso conhecer o valor com que o custo de uma alternativa supera o da outra e assim por diante, tantas quantas sejam as alternativas disponíveis. Este tipo de custo é denominado custo:

- (A) comparado;
- (B) relativo;
- (C) incremental;
- (D) diferencial;
- (E) equalizado.

**37** Na Contabilidade de Custos, existe uma quantia derivada de unidades de produção que toma a quantidade de cada entrada (fator de produção), seja em unidades completadas ou em unidades incompletas de produtos em processo, e converte essa quantidade de entrada em uma quantidade de unidades de produção completadas que poderiam ter sido feitas com aquela quantidade de entrada. Este montante é denominado:

- (A) unidade equivalente;
- (B) total convertido;
- (C) equiparado;
- (D) proporcional;
- (E) semelhante.

**38** Na Contabilidade de Custos, existe um sistema de custeio que omite o registro de alguns ou de todos os lançamentos diários relativos ao ciclo de compra de material direto em face da venda de produtos acabados. Trata-se do sistema de custeio:

- (A) suprimido;
- (B) reduzido;
- (C) indiferente;
- (D) eliminatório;
- (E) retrocedido.

**39** Na Contabilidade de Custos, existe um sistema de custeio que rastreia e acumula os custos individuais na cadeia de valor atribuíveis a cada produto, desde o seu P&D inicial até o atendimento e suporte ao seu último cliente. Trata-se do sistema de custeio:

- (A) da cadeia de produção;
- (B) de acompanhamento total;
- (C) do ciclo de vida;
- (D) de chão de fábrica;
- (E) do horizonte de planejamento.

**40** Na Contabilidade de Custos, a função que mede o declínio no custo unitário em várias funções da cadeia de valor, tais como produção, marketing, distribuição e outras, conforme se verifica o aumento das unidades produzidas, é denominada:

- (A) curva de experiência;
- (B) função de produção marginal decrescente;
- (C) função de produção com rendimentos declinantes;
- (D) trajetória de custos marginais decrescentes;
- (E) função de custos médios decrescentes.

**41** Na Contabilidade de Custos, existem custos reconhecidos em certas situações que normalmente não o são em sistemas de contabilidade financeira. Trata-se do custo denominado:

- (A) oculto;
- (B) infringente;
- (C) imputado;
- (D) relativo;
- (E) designado.

**42** Na Contabilidade de Custos, existem custos que ainda não foram incorridos, mas que, com base nas decisões já tomadas, serão incorridos no futuro. Estes custos também recebem a denominação de custos devidos ao projeto/design. Trata-se do custo denominado:

- (A) imputado;
- (B) implícito;
- (C) subjacente;
- (D) a lançar;
- (E) determinante.

**43** Na teoria das Finanças Públicas, um sistema tributário que não provoca distorções na alocação de recursos, em virtude da existência de múltiplas alíquotas de incidência, causando perda de eficiência no sistema econômico, atende ao requisito de tributação ideal denominado:

- (A) conceito de equivalência;
- (B) princípio da eficiência;
- (C) conceito do benefício;
- (D) princípio da simplicidade;
- (E) conceito da neutralidade.

**44** Na teoria das Finanças Públicas, verifica-se no ambiente econômico que existem situações de oferta e demanda nas quais determinados bens e serviços não são ofertados, ainda que o seu custo de produção esteja abaixo do preço que os potenciais consumidores estariam dispostos a pagar. Esta situação configura uma falha de mercado denominada:

- (A) riscos excessivos;
- (B) monopólios naturais;
- (C) demanda inconsistente;
- (D) mercados incompletos;
- (E) oferta contida.

**45** Na teoria das Finanças Públicas, verifica-se que o Governo possui uma série de atribuições econômicas. Uma delas diz respeito ao fato de que o Governo pode promover ajustes na alocação de renda para os cidadãos, de forma a reduzir as desigualdades. Uma outra atribuição diz respeito ao uso da Política Econômica visando o aumento do nível de emprego e a obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico. Estas atribuições econômicas são, respectivamente, denominadas:

- (A) realocadora e fomentadora;
- (B) distributiva e estabilizadora;
- (C) corretiva e estabilizadora;
- (D) alocativa e fomentadora;
- (E) corretiva e fomentadora.

**46** Na teoria das Finanças Públicas, é possível constatar que existe cada vez mais a preocupação com a sustentabilidade dos sistemas de previdência pública. Existe um sistema de previdência no qual as aposentadorias dos servidores inativos, a cada momento do tempo, são financiadas pelos servidores ativos contemporâneos, ficando estes sujeitos, quando se aposentarem, a terem as suas próprias aposentadorias financiadas pelos servidores ativos da geração seguinte. Trata-se do sistema previdenciário denominado:

- (A) intergeracional composto;
- (B) de repartição;
- (C) intergeracional simples;
- (D) de capitalização;
- (E) de integralização.

**47** No Brasil, em 1990, foi lançado o PND (Plano Nacional de Desestatização). Uma privatização pode ocorrer sob a forma de dois modelos genéricos. Um deles está associado à ideia de democratização do capital. O outro é o modelo mais adotado nos programas de privatização da maior parte dos países, no qual as ações das empresas são ofertadas apenas a grupos que se qualificam para os leilões. O modelo adotado no Brasil, na década dos anos 1990, foi o modelo de privatização:

- (A) restrita;
- (B) pulverizada;
- (C) distribuída;
- (D) concentrada;
- (E) agregada.

**48** A diferença (positiva ou negativa) entre as receitas e as despesas consideradas como tal pela LRF, acrescida dos juros recebidos e deduzidos dos pagos, no contexto das finanças governamentais, é denominada:

- (A) resultado nominal;
- (B) resultado operacional;
- (C) saldo líquido da gestão;
- (D) saldo operacional do exercício;
- (E) resultado primário.

**49** Nos orçamentos públicos, existe uma dotação não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujo montante será empregado para abertura de créditos adicionais. Trata-se de uma:

- (A) dotação adicional;
- (B) dotação extraordinária;
- (C) provisão de reserva;
- (D) dotação suplementar;
- (E) reserva de contingência.

**50** Na execução orçamentária pública do Governo Federal, a transferência que uma Unidade Gestora faz para outra Unidade Gestora de outro órgão público incluído no orçamento é denominada:

- (A) cota;
- (B) destaque;
- (C) repasse;
- (D) provisão;
- (E) lançamento.

**51** Existe um modelo de orçamento público que possui uma estrutura na qual a função básica consiste no controle do trabalho a ser realizado e as realizações a serem alcançadas. Neste tipo de orçamento, as informações devem ser organizadas de forma a evidenciar os trabalhos a serem realizados e os respectivos custos, com vistas a permitir uma avaliação posterior. Este modelo denomina-se orçamento:

- (A) incremental;
- (B) de base zero;
- (C) funcional programático;
- (D) de desempenho;
- (E) tradicional.

**52** O orçamento que integra a Lei Orçamentária Anual e refere-se ao orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, cuja fonte principal de recursos vem dos impostos, é denominado orçamento:

- (A) legal;
- (B) autorizado;
- (C) programático;
- (D) geral;
- (E) fiscal.

**53** O processo organizado pela entidade da Administração Indireta referente às ações desenvolvidas no exercício e atos de gestão praticados pelos respectivos dirigentes devidamente credenciados, cujas normas e conteúdo são definidos pelos órgãos do Sistema de Controle Interno, é denominado:

- (A) prestação de contas;
- (B) administrativo-fiscal;
- (C) de despesa realizada;
- (D) contábil-analítico;
- (E) contábil-financeiro.

**54** A estimativa de recursos a serem arrecadados no exercício, constantes da LOA, para cobrir despesas autorizadas para órgãos e entidades de uma esfera de governo, é denominada:

- (A) dotação inicial;
- (B) margem de empenho;
- (C) previsão de receita;
- (D) provisão inicial;
- (E) quadro de detalhamento.

**55** A atividade relativa ao orçamento de caixa que compreende a previsão do comportamento da receita, a consolidação dos cronogramas de desembolso e o estabelecimento do fluxo de caixa é denominada:

- (A) programação autorizada;
- (B) programação aprovada;
- (C) execução programada;
- (D) programação financeira;
- (E) execução projetada.

**56** Os rendimentos que os governos auferem, utilizando seus próprios recursos patrimoniais, não entendidos como tributos, e que correspondem às rendas, tais como foros, laudêmios, aluguéis e dividendos, correspondem a uma espécie de receita denominada:

- (A) parafiscal;
- (B) ordinária;
- (C) delegada;
- (D) originária;
- (E) derivativa.

**57** Na Contabilidade Pública Brasileira, existe uma peculiaridade na consideração dos fatos contábeis, no que concerne ao exercício em que os mesmos ocorrem, caracterizando um regime misto. Nesse sentido, pode-se afirmar, com relação à consideração dos fatos contábeis, que:

- (A) é um regime de caixa para as despesas e de competência para as receitas;
- (B) pertencem ao exercício as receitas nele orçadas e os empenhos não liquidados;
- (C) pertencem ao exercício as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas;
- (D) trata-se de regime de caixa para as receitas e misto para os Restos a Pagar;
- (E) pertencem ao exercício as receitas nele liquidadas e as despesas nele provisionadas.

**58** Com relação à escrituração contábil dos créditos adicionais, referentes aos valores autorizados pelo Poder Legislativo, e acrescidos aos créditos fixados para serem realizados no exercício, é correto afirmar:

- (A) debita o sistema orçamentário e credita o sistema de compensação;
- (B) debita o sistema financeiro e credita o sistema orçamentário;
- (C) debita o sistema orçamentário e credita o sistema financeiro;
- (D) não impacta o sistema financeiro;
- (E) debita o sistema orçamentário e credita o sistema patrimonial.

**59** As atividades referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo, bem como aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade, são denominadas, respectivamente, atividades:

- (A) de investimento e de financiamento;
- (B) de investimento e operacionais;
- (C) de financiamento e de investimento;
- (D) integradoras e de financiamento;
- (E) de reavaliação e de investimento.

**60** Uma única transação pode incluir fluxos de caixa classificados em mais de uma atividade. Por exemplo, quando o desembolso de caixa para pagamento de um empréstimo inclui tanto os juros como o principal, a parte dos juros e a parte do principal podem ser classificadas, respectivamente, como atividades:

- (A) de tesouraria e de carteira;
- (B) esporádicas e operacionais;
- (C) de mútuo e de investimento;
- (D) operacionais e de investimento;
- (E) operacionais e de financiamento.